



DOCUMENTO

QUEM NASCE NO BRASIL É BRASILEIRO OU É TRAIADOR: NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO NOS DISCURSOS DO INTERVENTOR FEDERAL CEL. OSWALDO CORDEIRO DE FARIAS (RIO GRANDE DO SUL - 1941)

Claudemir de Quadros
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
claudemirdequadros@gmail.com

RESUMO

O processo de nacionalização do ensino, promovido no Rio Grande do Sul a partir do final da década de 1930, foi impactante para as políticas relacionadas à educação. Por meio dele, abriu-se um amplo campo de possibilidades para a intervenção governamental e para a promoção de reforma educacional. Nesse contexto, apresenta-se o documento intitulado Nacionalização: dois discursos proferidos pelo interventor federal cel. Oswaldo Cordeiro de Farias. Neste documento, destacam-se textos e fotografias das comemorações da Semana da Pátria de 1941. Trata-se de um importante documento para a História da Educação do Rio Grande do Sul, por meio do qual pode-se perceber uma das formas pelas quais o sistema escolar foi tornado objeto de reforma nesse Estado.

Palavras-chave: História da educação; nacionalização do ensino; Rio Grande do Sul.

APRESENTAÇÃO

As inquietações relacionadas ao processo de nacionalização do ensino, são tão antigas quanto a própria imigração no Sul do Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, em função da magnitude do contingente de imigrantes italianos, alemães e, em menor número, de outras nacionalidades que se estabeleceram nesse Estado. Mas essas preocupações se tornaram mais evidentes a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) quando, segundo Bastos (1994), as relações entre as comunidades de origem alemã e italiana, o governo brasileiro e a Igreja se complexificaram. Desde então, a pressão pela nacionalização do ensino ganhou força em todo o país, envolvendo diferentes esferas do governo e implicando na imposição do Português como única língua permitida; na oferta de subvenções federais para a construção de escolas; na implantação de uma supervisão mais rígida e efetiva sobre as instituições de ensino particulares ou comunitárias; no fechamento de escolas, bem como de associações esportivas, culturais e sociais, além de jornais geridos por estrangeiros.

A iniciativa em prol da nacionalização do ensino abarcou diversos aspectos, incluindo a promoção da nacionalização econômica das colônias estrangeiras (Dalbey, 1970); a formação de uma identidade brasileira, fundamentada na busca por uma homogeneidade cultural (Paiva,



1987); além de motivações de cunho cultural e econômico, manifestadas pelo discurso acerca do perigo alemão e pela crescente dinâmica econômica da região Norte do Estado, habitada por imigrantes. Isso se contrapunha à região Sul, que se dedicava a uma produção voltada para a pecuária extensiva e, apesar de ainda deter o controle político do governo estadual, sentia as consequências da estagnação econômica dos setores não industrializados (Gertz, 1991).

A legislação federal que se refere à nacionalização do ensino é abrangente e inclui o decreto n. 406, de 4 de maio de 1938, o decreto n. 1.006, de 10 de dezembro de 1939, o decreto-lei n. 1.545, de 25 de agosto de 1939; o decreto n. 2.072, de 8 de março de 1940 e o decreto n. 3.580, de 3 de setembro de 1941 (Kreutz, 1994)¹. Mediante essa legislação, estruturou-se um amplo campo de ação do Estado em relação à escolarização, no âmbito do qual destacaram-se as ações dirigidas às escolas mantidas por comunidades de imigrantes.

Por meio desses decretos, determinou-se que o material usado nas escolas fosse em língua portuguesa; que os professores fossem brasileiros natos; que não circulasse livros, revistas ou jornais em língua estrangeira; que o currículo escolar incluísse a instrução em História e Geografia do Brasil; a proibição do ensino de língua estrangeira a menores de 14 anos; a determinação de que a Bandeira Nacional tivesse destaque em dias festivos; a censura dos livros usados na rede de ensino; a construção e manutenção de escolas em áreas de colonização estrangeira; o estímulo ao patriotismo por parte dos estudantes; a proibição que escolas fossem dirigidas por estrangeiros e que se fizesse o uso de língua estrangeira em assembleias e reuniões públicas; que a educação física nas escolas devia ser dirigida por um oficial ou sargento das Forças Armadas; a criação da Juventude Brasileira, obrigatória em todas as escolas; a proibição da importação ou impressão de livros em língua estrangeira para o ensino elementar.

Dessa forma, o discurso da nacionalização do ensino foi formulado, principalmente, em função da ameaça que a influência política de estrangeiros nas instituições de ensino representava para o desenvolvimento de um espírito nacional, pautado pela unidade, homogeneidade e pelo ideal nacionalista do Estado Novo, que visava à uniformização, padronização cultural e a supressão de formas autônomas de organização da sociedade².

¹ Podem ser citados, ainda, o decreto n. 383, de 18 de abril de 1938, que vedava aos estrangeiros o exercício de atividades políticas no Brasil; o decreto n. 868, de 18 de novembro de 1938, que criou a Comissão Nacional de Ensino Primário e estabeleceu entre as suas atribuições a de nacionalizar o ensino nos núcleos estrangeiros; e o decreto n. 948, de 13 de dezembro de 1938, pelo qual as medidas relacionadas com a promoção da assimilação dos colonos de origem estrangeira e a completa nacionalização dos filhos de estrangeiros fossem dirigidas e centralizadas pelo Conselho de Imigração e Colonização, este criado pelo decreto n. 406 do mesmo ano.

² Para Simon Schwartzman (1984), a nacionalização do ensino foi a expressão mais forte da tentativa de destruição de uma cultura lentamente edificada, mas que não tinha mais espaço na nova ordem política do país. Entende, ainda, que o nazismo, entre os grupos de alemães nas zonas de colonização, não teve a penetração e nem mesmo



Nesse cenário de reconquista, pela nacionalização do ensino, de regiões e de espíritos que já não faziam parte do Brasil, as comemorações das datas cívicas ganharam relevância e se destacaram por seu aspecto formativo. Até 1936, a orientação para as atividades cívicas era feita de maneira concisa – “Dia 11 pela manhã, apesar de feriado, deveis reunir os alunos para a comemoração do centenário da proclamação da República do Piratiny” (Sesp/Secção Técnica, telegrama n. 5.430, 9/9/1936). Em ofício dirigido às direções das escolas estaduais, em 3 de dezembro de 1937, determinava-se que, aos sábados, após o término das atividades escolares, o estudante que mais tivesse se distinguido deveria recitar a Oração à Bandeira, de Olavo Bilac. Nos termos do documento, a intenção era incentivar a formação cívica dos alunos.

Entretanto, a partir de 1937, passou-se a enviar às direções das instituições de ensino um programa detalhado a ser seguido durante as comemorações das datas cívicas. Essa programação deveria incluir a participação dinâmica de professores e alunos, além de ser desenvolvida a partir de pesquisas, coleta de informações, materiais ilustrativos, preparação de dramatizações, composições, álbuns e a organização do ambiente escolar com cartazes, frases ilustrativas e fotografias.

O plano de trabalho relativo à Semana da Pátria de 1942, no período de 31 de agosto até o dia 7 de setembro, por exemplo, envolvia atividades em classe – com palestras, leituras, dramatizações, excursões, exibição de filmes e notícias sobre a Pátria e o bom brasileiro, destacando-se conceitos de patriotismo, confiança em si mesmo, honestidade, respeito pelos direitos alheios, coragem, bondade/amor, liberdade –, e as cerimônias de comemoração, com hasteamento da bandeira e canto do Hino Nacional.

QUADRO 1 – Atividades prescritas para as escolas estaduais, durante a Semana da Pátria de 1942

Dia	Atividades
31 de agosto	- Inauguração solene, às 10h, da Semana da Pátria, com a participação de todos os professores e estudantes da escola; - hasteamento da bandeira nacional, ao som de tambores ou banda, e canto do hino nacional;

uma influência tão profunda quanto a propalada. No que se refere aos italianos, um exemplo, dentre os tantos possíveis dessa tentativa de destruição cultural, pode ser sentido pelo depoimento de Rovílio Costa (1974), para quem a nacionalização do ensino assumiu contornos de tragédia para os imigrantes italianos que, por um lado, foram silenciados como italianos e, por outro, não eram reconhecidos como brasileiros. Já para Jean Roche (1969), o significado foi diferente. O governo brasileiro, ao tomar uma série de medidas enérgicas para acelerar a nacionalização do ensino, promoveu a divulgação, “o conhecimento e a prática do português [...]. Todas as escolas expediam diplomas oficialmente reconhecidos e os descendentes de imigrantes, os colonos principalmente, foram os grandes beneficiados desta nacionalização do ensino, contra a qual alguns dos seus líderes lutaram, porque ela abriu aos seus filhos o acesso às repartições públicas e às profissões liberais” (p. 142).



	- palestra da diretora ou professora, apresentando o plano da comemoração; - palestra por um estudante sobre o tema <i>Que é ser bom brasileiro</i>; - apresentação do propósito do dia: <i>O bom brasileiro cuida da sua saúde e da saúde dos outros</i>; - hino da independência; - desfile em saudação à bandeira, cantando <i>Estudante do Brasil</i> ou <i>Queremos lutar</i>.
1º de setembro	- hasteamento da bandeira e canto do hino nacional; - inauguração da urna destinada a recolher o registro das ações de bons brasileiros praticadas pelos estudantes, em resposta ao propósito do dia anterior; - apresentação do propósito do dia: <i>O bom brasileiro é útil a si e aos outros</i>; - ilustração do tema; - deposição dos relatos das ações de bons brasileiros, praticadas em resposta ao propósito do dia anterior; - desfile em saudação à bandeira, como no dia anterior.
2 de setembro	- o mesmo programa do dia anterior, com o tema: <i>O bom brasileiro confia em si mesmo e se faz digno da confiança dos outros, é corajoso, honesto e generoso</i> .
3 de setembro	- o mesmo programa do dia anterior, com o tema: <i>O bom brasileiro ama a liberdade e respeita a liberdade dos outros</i> .
4 de setembro	- o mesmo programa do dia anterior, com o tema: <i>O bom brasileiro é leal para consigo, seus amigos, o lar, a escola, a Pátria e a Deus</i> .
5 de setembro	- o mesmo programa do dia anterior, substituindo-se a apresentação do tema do dia por glorificação dos heróis da Independência, representados em Tiradentes e José Bonifácio.
7 de setembro	- canto do hino nacional; - promulgação do código do bom brasileiro; - juramento de amor ao Brasil; - hino da independência; - desfile em saudação à bandeira.

Fonte: Sesp/Secção Técnica, 1942, p. 6-7.

No âmbito das festividades das datas cívicas, o governo estadual do Rio Grande do Sul passou a promover também a organização de caravanas que incluíam viagens de estudantes das colônias alemãs e italianas para Porto Alegre durante a Semana da Pátria³:

Durante seis anos foram trazidos à capital, na Semana da Pátria, quinhentos meninos da região colonial, que foram hospedados no Palácio do Governo, nas residências das altas autoridades e das mais distintas famílias de Porto Alegre, cercados de um carinho que desconheciam, que lhes deve ter deixado no espírito, em formação, impressões profundas. Proporcionaram-se-lhes excursões, festas, atos cívicos, e, ao voltarem aos seus lares, levavam presentes e livros escolhidos. Esses três mil jovens, distribuídos por todos os

³ Ver Gertz (2011), Kreutz (2011) e Luchese (2011).

municípios coloniais do Estado, poderão prestar um depoimento que será a melhor justificativa da política educacional adotada (Coelho de Souza, 1953, p. 393).

O documento ora apresentado – *Nacionalização: dois discursos proferidos pelo interventor federal cel. Oswaldo⁴ Cordeiro de Farias* –, destaca a participação desses estudantes – coloninhos ou gauchinhos – nas comemorações da Semana da Pátria de 1941. O impresso, no formato 18x26,5cm, se estrutura em 42 páginas, com capa e contra-capas, textos, imagens e fotografias. Destaca-se a originalidade, e mesmo um possível ineditismo desse documento, uma vez que não foram encontradas referências a ele em outros estudos.

A seção textual inclui o Hino à Bandeira Nacional, o Hino do Estudante, o Hino Nacional Brasileiro, a transcrição de uma carta do estudante Alberto Bandeira – Beno –, pela qual solicitava, ao interventor federal coronel Oswaldo Cordeiro de Farias, apoio para matricular-se num ginásio na Capital, bem como dois discursos do interventor federal: o primeiro, de boas-vindas aos jovens procedentes do interior para as comemorações da Semana da Pátria; o segundo, proferido em São Sebastião do Caí, por ocasião da inauguração de escolas e da rodovia São Leopoldo-Caí.

No discurso de boas-vindas, o interventor federal enfatizou a contribuição dos imigrantes para o desenvolvimento do Estado, que os “os recebeu com alegria e lhes proporcionou a prosperidade”, assim como “a Pátria adotiva que [os acolheu], nunca exigiu que modificassem seus hábitos, seus costumes, sua religião, que não lhe impediu cultuassem os heróis de seus países de origem e lhes permitiu franca e abertamente o uso do seu idioma!”, mas que agora a “política de liberdade em relação aos seus costumes e à sua língua” não se justificava mais e que era preciso trazê-los de “de alma inteira, de espírito e de coração, para o nosso meio” (Nacionalização, 1942, p. 26). Essa formulação expressa um dos eixos discursivos da nacionalização ao ensino no Rio Grande do Sul, qual seja, a necessidade de integração, de todos e cada um, à Nação brasileira. Nesse aspecto, pode-se afirmar que estava consolidado um entendimento de que a homogeneização cultural da população dependia de ações efetivas do Estado, no sentido de promover a integração à nacionalidade dos núcleos de imigrantes, que tinham sistemas de escolares próprios e que faziam o uso da língua de origem.

No discurso realizado em São Sebastião do Caí, intitulado *Estradas e escolas*, sobressaem-se dois elementos. O primeiro, diz respeito às obras. Nesse aspecto, o interventor

⁴ O nome do interventor federal ora aparece grafado com ‘v’ - Oswaldo -, ora com ‘w’ - Oswaldo.



destacou a construção e entrega de edifícios escolares, a contratação de professoras, a compra de material escolar e a inauguração de rodovias:

Aumentamos os 170 grupos escolares recebidos em 1937 para 452. Nomeamos nesse período 1280 professoras. Construímos 41 prédios escolares urbanos e 79 escolas rurais. Nesses edifícios gastamos 20 mil contos, incluindo 5 mil de auxílio do Governo Federal. Dispendemos em material escolar mais de 6 mil contos e o nosso serviço de fiscalização do ensino particular registrou 2.418 unidades, havendo negado 241 licenças. Na construção de estradas, o Governo empregou até fins de 1940 a importância de 86.384 contos – mais 24 mil contos do que o Estado gastou nesse serviço desde a proclamação da República até 1937 (Nacionalização, 1942, p. 57).

Ambas – escolas e estradas –, articulavam-se a partir de uma perspectiva relevante no âmbito da campanha das ações do governo estadual: as escolas contribuiriam para “plasmar na radiosa juventude gaúcha a sua indispensável unidade espiritual”, e as estradas serviriam para a “unidade da nossa gente”, uma vez que,

constituindo escoadouros da nossa produção, servem também para entrelaçar os diferentes núcleos da população do Rio Grande, tornando-os conhecidos uns dos outros, criando esses laços de afeição que se originam do trato recíproco, fazendo com que os diferentes grupos, ora separados, sintam, conhecendo-os, o valor de cada um (Nacionalização, 1942, p. 50).

Já o segundo elemento, explicita a posição do governo estadual acerca do significado na nacionalização do ensino. No discurso, o interventor enfatiza, tanto a perspectiva da unidade territorial e populacional do Estado, ao alertar que “quem nasce no Brasil é brasileiro ou é traidor” (Nacionalização, 1942, p. 49), quanto o modo de proceder para alcançar a solução desse problema, que não implicava no fechamento em massa os colégios mantidos pelas comunidades, mas que,

por meio de acordos com as entidades, a cada uma das quais se filiavam inúmeros colégios, temos praticado uma larga política de conciliação, tendentes a um aproveitamento máximo dos meios de ensino disponíveis no Rio Grande. Até onde é possível transigir, nós o temos feito. E é tal o nosso espírito de concordia, que, si se examinar os objetivos a que nos propusemos alcançar, não será exagero si nos considerarem demasiado condescendentes (Nacionalização, 1942, p. 48).

É importante observar que, enquanto os militares viam essa postura como conciliadora ou mesmo permissiva, por outro lado, integrantes das comunidades de imigrantes e partes da



mídia a interpretavam como uma abordagem sensata e astuta para lidar com uma questão que ia além da educação, abrangendo também uma significativa dimensão política e religiosa:

A solução do caso [escolas estrangeiras], que é melindroso e que, por conseguinte, exige mais ponderação do que modos de irritá-lo, tem de ser entregue, em maior parte, à ação do tempo, não excluindo, por certo, os correspondentes métodos escolares [...]. Aliás esta é a maneira por que encaram a questão certas individualidades menos extremadas no nativismo e mais refletidas, alheias a prevenções e não suscetíveis de exaltações. Porque é mister meditar muito, pesar os prós e os contras, ir ao fundo da matéria, estudar causas e efeitos com a necessária moderação, até mesmo com espírito de imparcialidade, se não de justiça, para não incorrer em erros e recriminar a esmo (Correio do Povo, 16/3/1938, p. 5).

Quanto à carta do estudante Alberto Bandeira, intitulada *Uma carta ao interventor*, esse solicitava apoio para matricular-se num ginásio na Capital. A abordagem argumentativa utilizada apela para que a autoridade preste atenção ao jovem pobre e órfão de mãe – “Sou orfão de mãe e meu pai é muito pobre, embora trabalhe muito” –, e, por meio de uma relação de afinidade – “eu já sou vosso amigo, um amigo coloninho, um amigo pequeno” –, projeta uma expectativa positiva em relação a si, pois “hei de prestar para alguma coisa que aumente o valor do meu Brasil” (Nacionalização, 1942, p. 30). Não foi possível localizar possíveis decorrências da solicitação do estudante.

Em relação aos elementos gráficos, são 36 fotografias em preto e branco e duas imagens coloridas. Das duas imagens, a primeira destaca Getúlio Vargas sendo recepcionado por quatro jovens – duas meninas e dois meninos –, e a segunda ilustra a Chama da Pátria, guarnecida por dois jovens, trajando uniforme esportivo e portando a Bandeira Nacional. As fotografias são da Bandeira Nacional, colorizada; do interventor federal e de sua esposa recepcionando os estudantes; da turma desses visitando pontos turísticos da capital – praça Marechal Deodoro, Palácio do Governo, Instituto de Educação –; e do desfile comemorativo ao dia 7 de setembro de 1941.

As fotografias do desfile, expressam uma grandiosidade ímpar. Pode-se inferir que milhares de pessoas participaram, seja diretamente envolvidos, seja como assistentes. Cinco fotografias destacam o desfile militar, enquanto outras vinte mostram o desfile de escolares. Sobressaem-se os uniformes, o alinhamento, ciclistas, crianças, jovens e expressiva presença feminina. Algumas são tomadas panorâmicas, enquanto outras salientam detalhes, em especial de crianças. Há ênfase aos símbolos nacionais, em particular à Bandeira: “Sobre a imensa nação brasileira, nos momentos de festa ou de dor, paira sempre a sagrada bandeira, pavilhão da justiça



e do amor” (Nacionalização, 1942, p. 69). Nas imagens do desfile, é possível notar o engajamento da escola com as ações cívicas. As pessoas, usando roupas apropriadas para eventos formais, atraem os olhares e as aclamações daqueles que vêem uma demonstração de respeito, lealdade e devoção da escola ao país. Nesse sentido, os desfiles cívicos podem ser entendidos como “transmissores de uma linguagem coletiva, capaz de expressar concomitantemente múltiplos planos simbólicos que os levam a ser identificados como uma grande festa” (Bencostta, 2004, p. 1).

Pelo conjunto de fotografias, pode-se perceber uma exibição pública de disciplina e destreza; uma postura de reverência aos símbolos nacionais; o uso de vestimentas primorosas; coreografias executadas com maestria; a integração com o coletivo de uma Nação. Neste contexto, pode-se afirmar que as celebrações da Semana da Pátria tinham como objetivo expressar e fortalecer a grandeza da Nação, do povo ou, em outras palavras, de nós, os brasileiros.

Ao mesmo tempo em que buscava constituir sujeitos com uma condição patriótica, o discurso da nacionalização do ensino não somente produziu o estrangeiro como um perigo, mas instaurou o reconhecimento e a supervisão direta do sistema escolar pelo Estado, assim como abriu espaço para uma organização social e epistemológica das escolas na produção de uma disciplina moral, cultural e social da população.

Destaca-se que a nacionalização da educação, ao mesmo tempo em que evidenciou as tensões e conflitos sociais que adentraram as instituições de ensino e que envolviam relações de poder igualmente complexas, nas quais estavam envolvidos diversos agentes – governo, forças armadas, mídia, entidades religiosas, comunidades, educadores e alunos –, criou um espaço de oportunidades para a intervenção do Estado na esfera educacional do Rio Grande do Sul (Quadros, 2011; 2023; 2024a, 2024b).

Assim, ao disponibilizar o documento *Nacionalização: dois discursos proferidos pelo interventor federal cel. Oswaldo Cordeiro de Faria*, busca-se contribuir para com a compreensão de um importante acontecimento da História da Educação do Rio Grande do Sul, que impactou de modo intenso as políticas dedicadas à educação nesse Estado ao ponto de redefinir o problema da educação, da escola e da profissionalização do magistério.



REFERÊNCIAS

- BASTOS, Maria Helena Camara. **O novo e o nacional em revista: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942)**. São Paulo: USP, 1994. 457f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, 1994.
- BENCOSTTA, Marcus Levy. A. Desfiles patrióticos: cultura cívica nos grupos escolares de Curitiba. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO*, 3., 2004. **Anais [...]**. Curitiba: Anped, 2004.
- COELHO DE SOUZA, José Pereira. A nacionalização do ensino. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, 1953.
- CORREIO DO POVO. **O problema da língua**. Porto Alegre, 16 mar. 1938, p. 5.
- COSTA, Rovílio *et al.* **Imigração italiana do Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições**. Porto Alegre: Est/Sulina, 1974.
- DALBEY, Richard. **Os alemães no sul do Brasil: do isolamento à integração com a nacionalização do ensino**. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, n. 53, n. 118, p. 400-408, 1970.
- GERTZ, René Ernane. Etnias e nacionalização no sul do Brasil. *In: QUADROS, Claudemir de. Uma gota amarga: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil*. Santa Maria: UFSM, 2011. p. 9-29.
- GERTZ, René. A nacionalização do Rio Grande do Sul durante o Estado Novo. *In: REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA*, 11, 1991, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: SBPH, 1991. p. 311-317.
- KREUTZ, Lúcio. A escola teuto-brasileira católica e nacionalização do ensino. *In: MÜLLER, Telmo Lauro (org.). Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Unisinos, 1994.
- KREUTZ, Lúcio. A nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul: medidas preventivas e repressivas. *In: QUADROS, Claudemir de. Uma gota amarga: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil*. Santa Maria: UFSM, 2011. p. 113-143.
- LUCHESI, Terciane Ângela. Abrasileirar os coloninhos: histórias e memórias escolares na região colonial italiana do Rio Grande do Sul (1937-1945). *In: QUADROS, Claudemir de. Uma gota amarga: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil*. Santa Maria: UFSM, 2011. p. 243-274.
- NACIONALIZAÇÃO: dois discursos proferidos pelo interventor federal cel. Oswaldo Cordeiro de Farias. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.
- PAIVA, Cesar. Escola de língua alemã no Rio Grande do Sul, o nazismo e a política de nacionalização. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 0, n. 26, p. 5-28, 1987.
- QUADROS, Claudemir de (org.). **Uma gota amarga: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil**. Santa Maria: UFSM, 2011.



QUADROS, Claudemir de. Uma escola nova no Rio Grande do Sul: planejamento, sistematicidade, reforma e modernidade (1937-1945). **Textura – Revista de Educação e Letras**, Canoas, v. 25, n. 64, p. 569-581, 2023.

QUADROS, Claudemir de. Controle e normatização com vistas à excelência da organização escolar no Rio Grande do Sul (1937-1945). **Temas em Educação**, João Pessoa, v. 33, p. 1-21, 2024a.

QUADROS, Claudemir de. Nacionalização do ensino e reforma educacional no Rio Grande do Sul (1937-1945). **Educação por Escrito**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 1-11, 2024b.

ROCHE, Jean. A colonização alemã. In: KREMER, Alda Cardozo *et al.* **Rio Grande do Sul terra e povo**. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 129-143.

SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Edusp, 1984.

SESP/SECÇÃO TÉCNICA. **Plano de trabalho relativo à semana da pátria**. Porto Alegre: Sesp, 1942.

SESP/SECÇÃO TÉCNICA. **Telegrama n. 5.430**. 9 set. 1936. Porto Alegre: Sesp, 1936.

Recebido em: 05 de março de 2025.
Aceito em: 28 de maio de 2025.

NACIONALIZAÇÃO

DOIS DISCURSOS PROFERIDOS⁵
PELO INTERVENTOR FEDERAL
CEL. OSWALDO CORDEIRO DE
FARIAS.

⁵ Manteve-se a fonte e o formato original no texto do documento.

NACIONALIZAÇÃO

DOIS DISCURSOS PROFERIDOS
PELO INTERVENTOR FEDERAL
CEL. OSWALDO CORDEIRO DE
FARIAS.

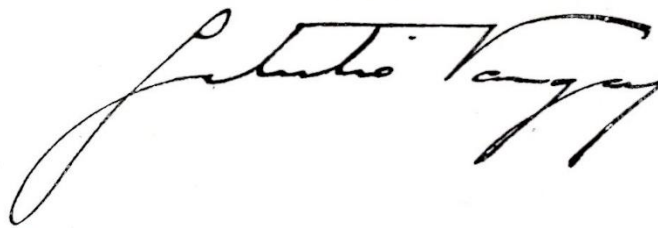
1942



“CRIANÇAS

APRENDENDO, NO LAR E NAS ESCOLAS, O CULTO DA PÁTRIA, TRAREIS PARA A VIDA PRÁTICA TODAS AS PROBABILIDADES DE ÊXITO.

SÓ O AMOR CONSTRÓI E, AMANDO O BRASIL, FORÇADAMENTE O CONDUZIREIS AOS MAIS ALTOS DESTINOS ENTRE AS NAÇÕES, REALIZANDO OS DESEJOS DE AGRADECIMENTO ANINHADOS EM CADA CORAÇÃO BRASILEIRO.”

A handwritten signature in black ink, which appears to read "Paulo Tavares", is centered on the page. The signature is fluid and cursive.





Hino à Bandeira Nacional

POESIA DE OLAVO BILAC

MÚSICA DE FRANCISCO BRAGA

SALVE, LINDO PENDÃO DA ESPERANÇA!
SALVE, SÍMBOLO AUGUSTO DA PAZ!
TUA NOBRE PRESENÇA À LEMBRANÇA
A GRANDEZA DA PÁTRIA NOS TRAZ.

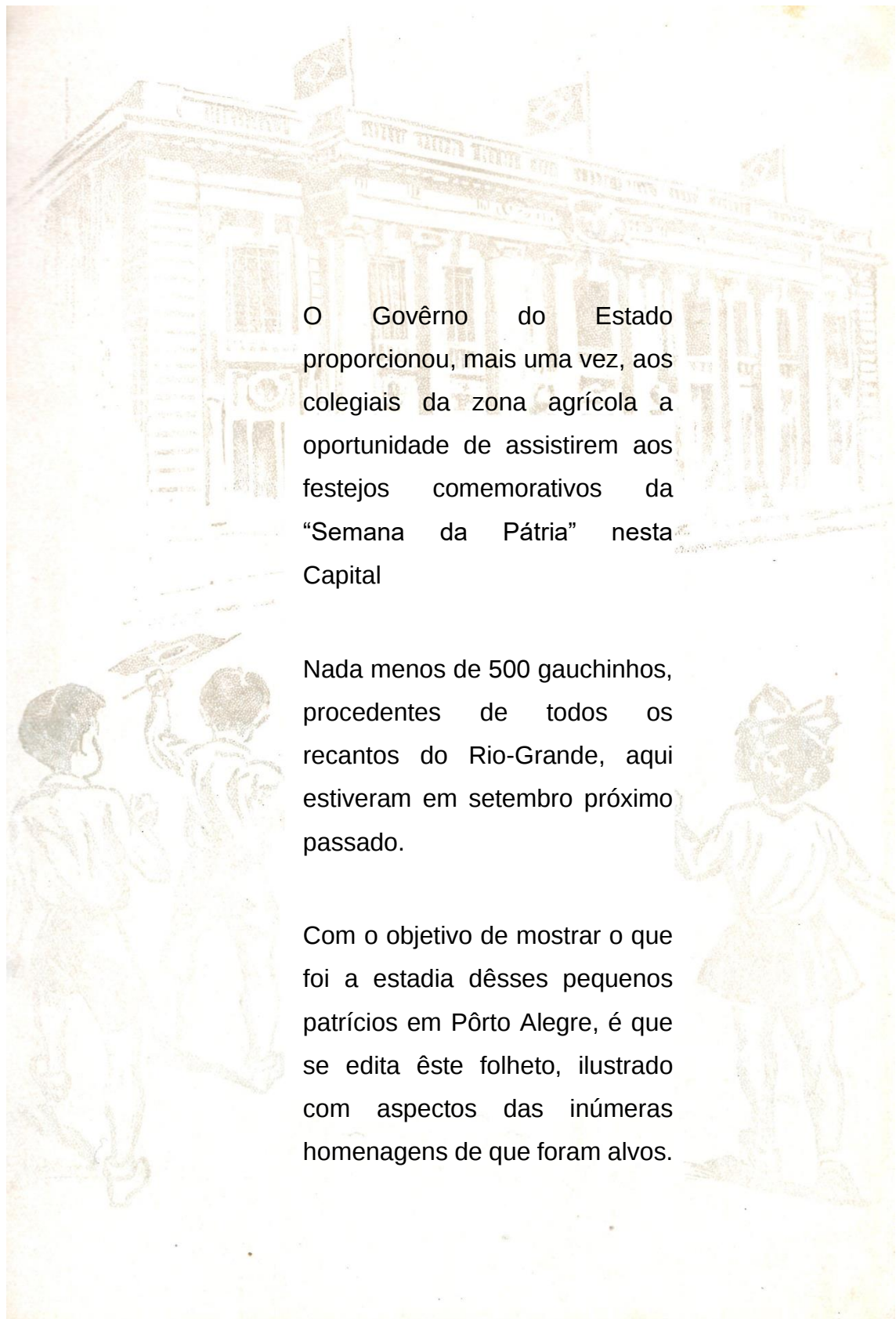
CÔRO

RECEBE O AFETO QUE SE ENCERRA
EM NOSSO PEITO JUVENIL,
QUERIDO SÍMBOLO DA TERRA
DA AMADA TERRA DO BRASIL!

EM TEU SEIO FORMOSO RETRATAS
ESTE CÉU DE PURÍSSIMO AZUL;
A VERDURA SEM PAR DESTAS MATAS
E O ESPLendor DO CRUZEIRO DO SUL.

CONTEMPLANDO O TEU VULTO SAGRADO
COMPREENDEMOS O NOSSO DEVER;
E O BRASIL POR TEUS FILHOS AMADOS
PODEROSO E FELIZ HÁ DE SER.

SOBRE A IMENSA NAÇÃO BRASILEIRA
NOS MOMENTOS DE FESTA OU DE DOR
PAIRA SEMPRE SAGRADA BANDEIRA,
PAVILHÃO DA JUSTIÇA E DO AMOR.



O Governo do Estado proporcionou, mais uma vez, aos colegiais da zona agrícola a oportunidade de assistirem aos festejos comemorativos da “Semana da Pátria” nesta Capital

Nada menos de 500 gauchinhos, procedentes de todos os recantos do Rio-Grande, aqui estiveram em setembro próximo passado.

Com o objetivo de mostrar o que foi a estadia dêsses pequenos patrícios em Pôrto Alegre, é que se edita êste folheto, ilustrado com aspectos das inúmeras homenagens de que foram alvos.



NA PRAÇA MARECHAL DEODORO
OS FOTÓGRAFOS COLHERAM ÊSTE
QUADRO, VENDO-SE AO FUNDO O
PALÁCIO DO GOVÊRNO E AS OBRAS
DA CATEDRAL.



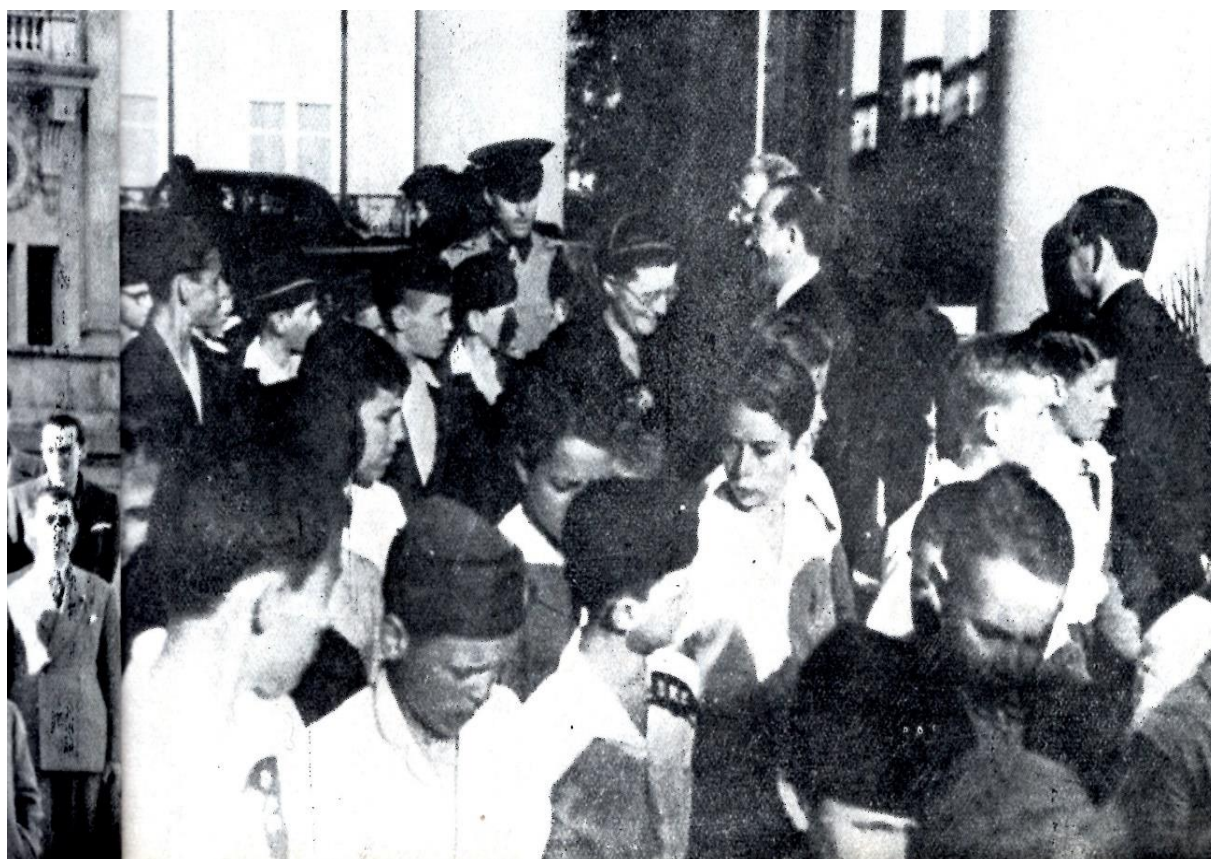


AS MAIS ALTAS AUTORIDADES DO GOVÉRNO CERCAM OS “GAUCHINHOS” DE TÔDA ORDEM DE GENTILEZAS NESTA FOTOGRAFIA APARECEM ENTRE ÊLES O INTERVENTOR FEDERAL, O GENERAL COMANDANTE DA 3ª REGIÃO MILITAR E OS SECRETÁRIOS DO ESTADO.





NO PALÁCIO DO GOVERNO, VÊ-SE O INTERVENTOR PALESTRANDO NA INTIMIDADE DE SEUS HOSPEDES.

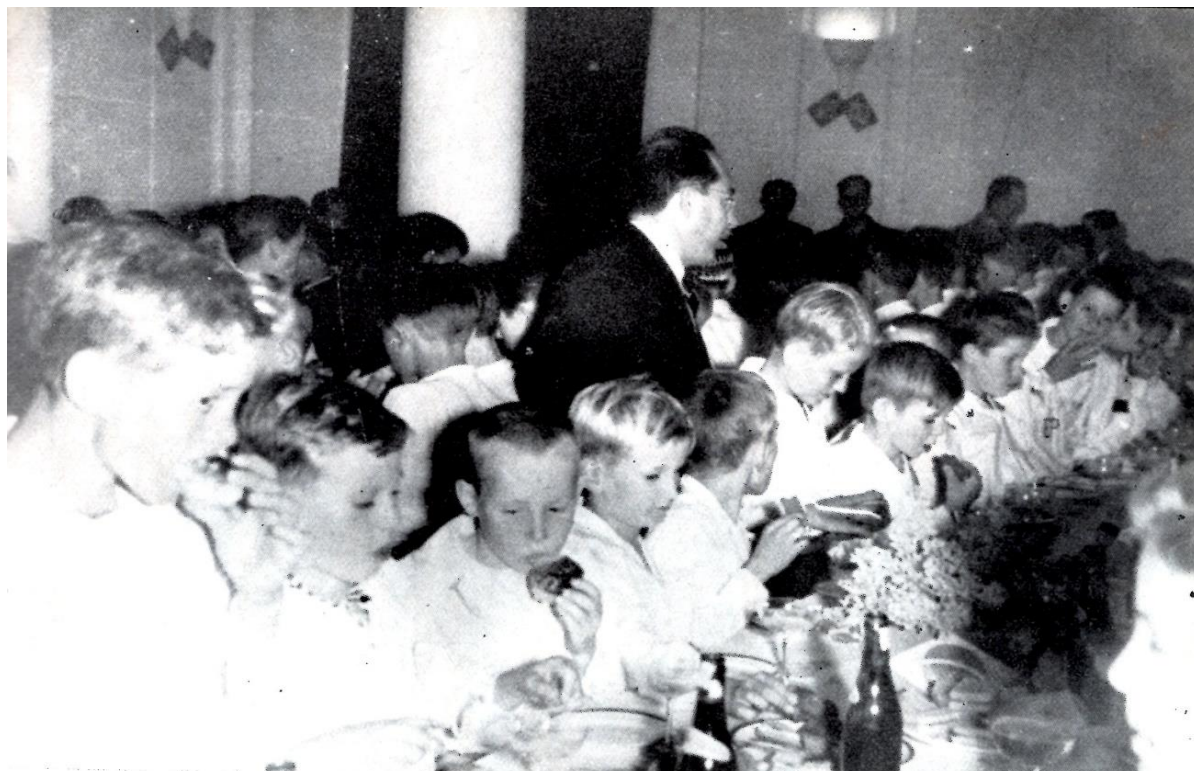




RECEPÇÃO NO PALÁCIO.

ENTRE AS MUITAS FESTAS OFERECIDAS A ÊSSES COLEGAIS, SEM DÚVIDA SOBRESSAIU ESTA RECEPÇÃO, ONDE FORAM ATENDIDOS, COM O MÁXIMO CARINHO, PELO PRÓPRIO CHEFE DO GOVÉRNO E POR SUA ESPOSA – D. AVANY CORDEIRO DE FARIAS.





- CEL. OSVALDO
CORDEIRO DE FARIAS.



OS ESCOLARES DA
REGIÃO COLONIAL SAINDO DO
PALÁCIO APÓS A RECEPÇÃO.



DESFILANDO DURANTE A PARADA
DA MOCIDADE.



NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO.





“EU LHES DOU AS BÔAS VINDAS E OS ENTREGO A SOCIEDADE PÔRTO-ALEGRENSE”

A CARINHOSA E EXPRESSIVA SAUDAÇÃO
DIRIGIDA, POR SUA EXCELÊNCIA O
SENHOR INTERVENTOR FEDERAL,
CORONEL OSWALDO CORDEIRO DE
FARIAS, AOS QUINHENTOS GAUCHISMOS
DO INTERIOR QUE VIERAM A ESTA CAPITAL
PARTICIPAR DAS COMEMORAÇÕES DA
“SEMANA DA PÁTRIA”, ATRAVEZ DO
MICROFONE DA P. R. H. – 2.



“Dentro de poucos dias Pôrto Alegre hospedará, como nos últimos dois anos, os nossos patríciosinhos do interior, radicados na zona agrícola do Estado que virão a Capital tomar parte dos festejos da “Semana da Pátria.”

São eles descendentes dos antigos e bons colonos, filhos de outras terras, que para aqui vieram, atraídos pelas nossas possibilidades de país novo, em busca de dias melhores e mais felizes.

E não se enganaram. O Brasil os recebeu com alegria e lhes proporcionou a prosperidade, porque foi prodigamente recompensado o labor que desenvolveram para fazer da terra virgem um dos melhores celeiros do mundo.

Quantos deles aqui enriqueceram! E como souberam ser dignos da Pátria adotiva que, acolhendo-os, nunca exigiu que modificassem seus hábitos, seus costumes, sua religião, que não lhes impediu cultuassem os heróis de seus países de origem e lhes permitiu franca e abertamente o uso do seu idioma!

Essa generosidade, eles retribuíram radicando-se no país hospitaleiro, concorrendo para o seu desenvolvimento econômico, e comungando conosco nos dias agitados da nossa formação política.

Passados os anos, o trato de terra que eles trabalharam AMPARADOS PELOS NOSSOS MAIORES, QUE VIGIAVAM E DEFENDIAM A FRONTEIRA POR ELES PROPRIOS MARCADA A LANCES DE HEROÍSMO E DE ABNEGAÇÃO é hoje essa admirável e rica porção da encosta da serra e do planalto médio do solo gaúcho.



E o tempo passou.

Vamos receber agora em Pôrto Alegre os seus descendentes – netos e bisnetos daqueles velhos colonos brasileiros com nós, - por certo, também, orgulhosos de terem nascido nesse pedaço maravilhoso da Pátria, que é o Rio Grande.

Mas não são eles tão felizes como nós. Aquela velha política de liberdade em relação aos seus costumes e à sua língua, que se justifica na época para com os ascendentes, prosseguiu sem razão em face dos descendentes, que, brasileiros de fato, e de direito, permaneceram em grande parte separados de nós pelo idioma e pelos atos hábitos.

Nenhuma culpa lhes cabe nesse fato, mas compete a nós remediar o que está errado, trazendo-os, como eles próprio desejam, de alma inteira, de espírito e de coração, para o nosso meio.

Daí a campanha de nacionalização, de que faz parte a vinda desses nosos irmãosinhos a Capital do Estado, na semana da nossa festa máxima.

Eu lhes dou as boas-vindas e os entrego à sociedade porto-alegrense, pedindo que cada lar se abra para abrigar algumas dessas crianças, que aqui vêm para sentir como já somos grandes, como já somos fortes e que amanhã - voltando para o interior onde seus pais trabalham, - hão de ter gravado, - para todo sempre, - nos seus espíritos de meninos, o futuro radioso do Brasil.



UMA CARTA AO INTERVENTOR

Pôrto Alegre, 8 de Setembro de 1941.

Sr. Cel. Oswaldo Cordeiro de Farias
D. D. Interventor no R. G. do Sul.

Eu e o Beno Lenz estamos muito contentes com o Sr. porque o Sr. se lembrou de nós para conhecermos a Capital do Estado e vimos tomar parte nas grandiosas festas da “Semana da Pátria”.

Eu sou de Cruzeiros do Sul e o Beno é de São Bento. Êle é de aula particular e eu sou de aula pública. Estamos parando na casa do Dr. Oscar Ourique Moreira que nos trata como bons filhos.

Lá fora nós pensávamos que todo o resto do Brasil éra assim como nós víamos as cousas, mas agora nós já vemos que ser brasileiro é uma grande honra porque o Brasil tem cousas maravilhosas e todos gostam de ser brasileiros. Tudo isto nós sabemos agora porque o Sr. nos mandou vir para nos mostrar.

O Beno vai estudar até o quinto ano e vai trabalhar na lavoura com o pai.

Eu já estou no quinto ano e queria continuar estudando num Ginásio para depois ir para a “Escola de Cadetes”, (que eu gostei muito), e seguir a carreira militar.

De duas cousas eu precisava para realizar esse desejo:

- 1.º) Que o Sr. me mandasse matricular num Ginásio de P. Alegre;
- 2.º) Que alguém me desse os livros e alguma roupa.

O Dr. O. O. Moreira me disse que me ajudará com os livros.

Agóra eu peço ao Sr. que me ajude com a matrícula de interno num Ginásio para eu cursar em 1942 e com qualquer auxílio de fardamento, si fôr possível.

Sou orfão de mãe e meu pai é muito pobre, embora trabalhe muito. – Si não foi possível o internato e o fardamento, eu peço que me mande matricular mesmo de externo porque o Dr. O. O. Moreira me disse que não podia fazer tudo em virtude de muitas despesas e não ganhar grande cousa em face da sua representação, porém



me daria agasalho, alimento e livros para que eu seja mais um brasileiro apto a defender a minha pátria em qualquer terreno.

Si o Sr. soubesse como eu ficaria contente em merecer a vossa proteção, não me entristeceria com o silêncio ao meu pedido.

Eu já sou um amigo vosso e, si o Sr. me ajudar, poderei também ser muito útil.

De qualquer maneira eu já sou vosso amigo, um amigo coloninho, um amigo pequeno, (pois tenho 14 anos), mas sou forte e estou crescendo e hei de prestar para alguma coisa que aumente o valor do meu Brasil.

Sigo amanhã. Qualquer resposta pode ser comunicada ao: “Colégio do Cruzeiro do Sul”, na 3.^a Região, ou ao Dr. Oscar Ourique Moreira, na Avenida Osvaldo Aranha, nesta Capital.

Queira desculpar o papel e as emendas, mas eu somente agora de tarde soube que embarcaria amanhã de manhã e não quis perder tempo em procurar papel mais caro porque o Sr. somente iria prestar atenção ao meu pedido e não ao papel.

Receba a minha gratidão, o meu sincero abraço de despedida e os meus votos de felicidades compartilhadas com vossa esposa e filhos.

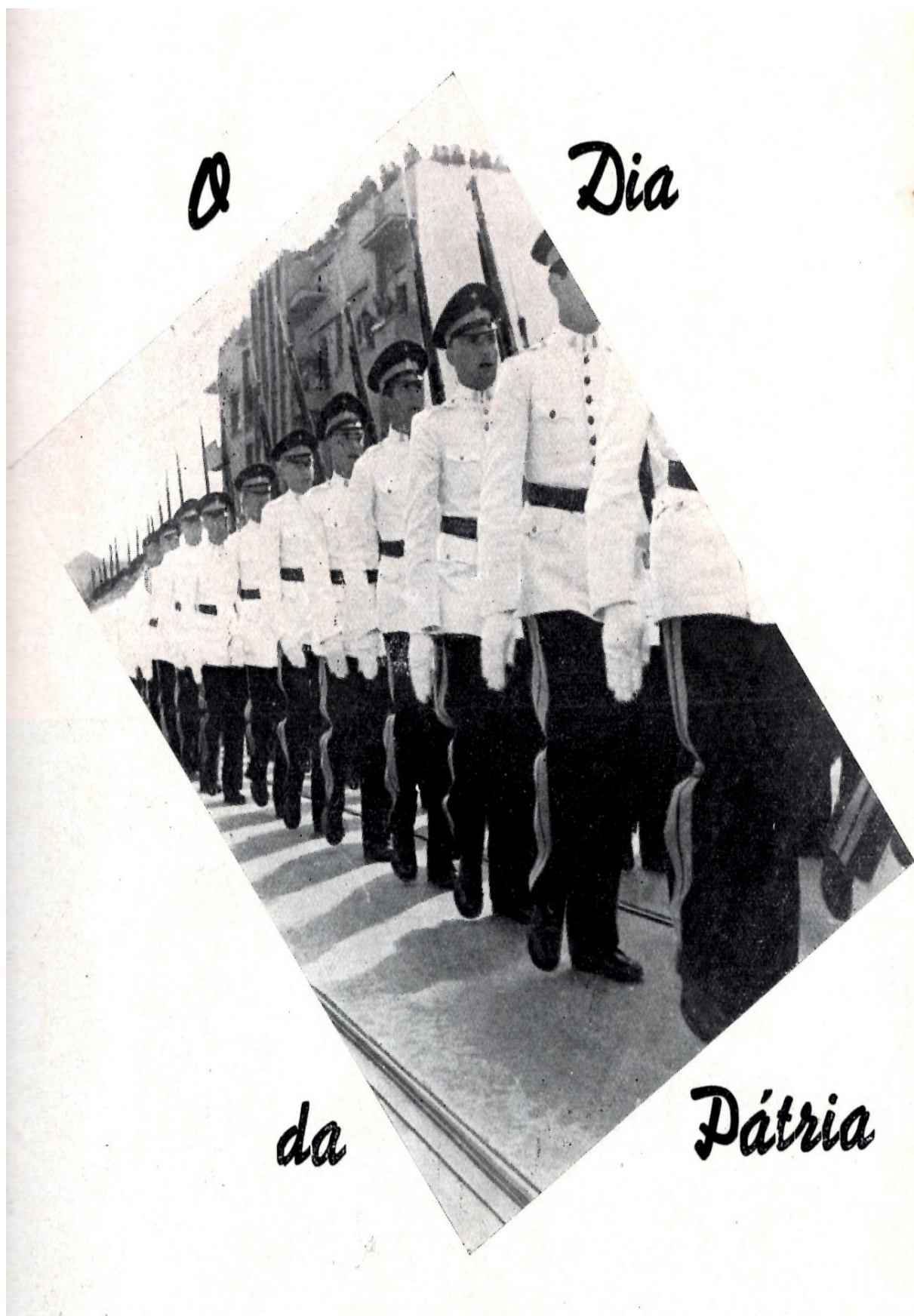
Do coloninho que é bem brasileiro e vosso amigo.

At.^o Am.^o Cr.^o e admirador.
(ass.) Alberto Bandeira



CEL.
OSWALDO
CORDEIRO
DE
FARIAS
RECEBIDO
PELA
JUVENTUDE DE
MONTENEGRO







ASPECTO DA PARADA
DO DIA 7 DE SETEMBRO





DESFILE DA ESCOLA
PREPARATÓRIA DE
CADETES



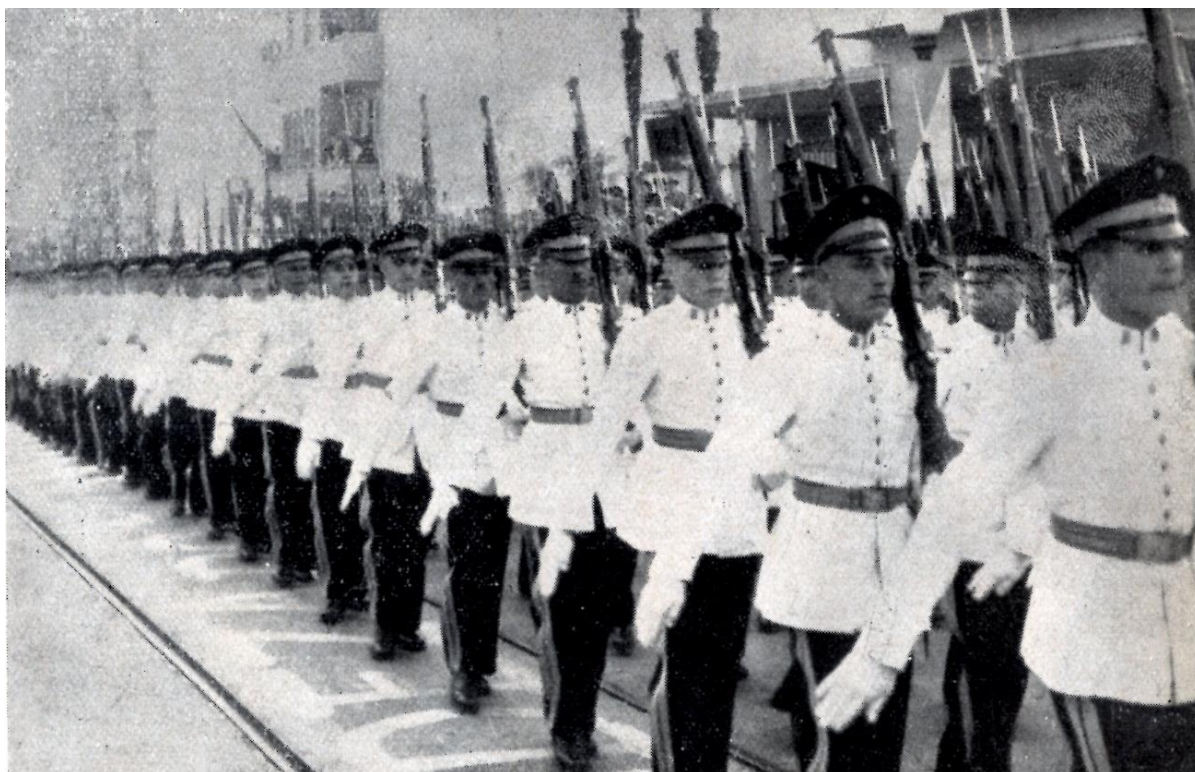


OS SOLDADOS
DA
PÁTRIA





OUTRO
ASPECTO DO
DESFILE
DA
ESCOLA
PREPARATÓRIA
DE
CADETES





ESCOLAS E ESTRADAS

DISCURSO PRONUNCIADO
POR S. EXCIA. O
CEL. OSWALDO CORDEIRO DE FARIAS,
DD. INTERVENTOR FEDERAL,
EM S. SEBASTIÃO DO CAÍ



E' esta a segunda vez que, nas comemorações da Semana da Pátria, tem o Governo a grata satisfação de entregar à população do Rio Grande mais uma série de edifícios escolares.

A esta época, no ano passado, idêntica cerimônia se realizava na rica e operosa cidade de Caxias, quando entregávamos à juventude rio-grandense 11 prédios construídos em sedes municipais. Hoje é em 35 sedes distritais que aquele mesmo ato se realiza. Estes prédios, agora inaugurados, não têm a mesma aparência grandiosa dos que o foram em 1940.

Tenho para mim, entretanto, que mais significativo que estamos assistindo neste momento. E' que ele se realiza mais junto ao coração de nossa terra e as populações que vão receber esse benefício são precisamente aqueles que, via de regra, foram sempre as menos aquinhoadas pelos Governos.

Com a intenção de corrigir essa velha injustiça, o Estado vem insistindo junto às Prefeituras para que realizem, de preferência, uma política que lhes assegure os indispensáveis meios de evolução social e econômica, na certeza de que do seu bem estar depende a grandeza e pujança d Rio Grande – esteio forte, admirável celeiro do Brasil!

A distribuição da nossa gente através do território do Estado não só justifica como também exige essa orientação. E' que dos 3.300.000 indivíduos que integram a nossa comunhão, 2.400.000 vivem fóra das sedes municipais.

E' justamente na questão do ensino primário que essa situação apresenta o seu mais importante aspecto e se impõe ao nosso maior cuidado. Pensai na formação do Rio Grande, examinai a distribuição da sua população e haveis de concluir conosco que essa política que exigimos e realizamos é a mais necessária, a mais benfazeja e mais acertada.

Agora, nas comemorações da Independência do Brasil, nenhuma solenidade poderia ter mais significação, nem mais justo realce do que este ato festivo em que inauguramos mais uma série de escolas, cravadas no interior do Rio Grande, que irão plasmar na radiosa juventude gaúcha a sua indispensável unidade espiritual.

E póde o Rio Grande confiar nas obreiras dessa grande missão.

Professoras de minha terra!

Conheço e admiro a vossa ação. Sei das vossas dificuldades e como, por êsse interior afóra, sois muita vez incompreendidas.

Nada, porém, vos deve arredas do caminho do dever e amanhã, quando o historiador examinar os dias que vivemos, o vossa trabalho há de aparecer na grandiosidade merecida e as gerações vindouras hão de abençoar o vosso labor, todo êle orientado para a grandeza da Pátria.

*

**



Atingimos êste município pela rodovia S. Leopoldo-Caí, solenemente inaugurada hoje. Estrada tronco, indispensável para as nossas ligações com o norte do Estado, acompanhastes, ansiosos, tenho certeza, toda a sua construção e sabeis das justas razões que a retardaram. E' mais um passo importante avançado na campanha rodoviária iniciada pelo Govêrno do Rio Grande em fins de 1937.

Essa política, tão necessária a um Estado cuja produção orça pelos quatro milhões de contos, serve também, de maneira decisiva, à causa da unidade da nossa gente.

País novo, de enorme extensão territorial, com uma população em grande parte descendente de correntes emigratórias, é natural que entre os seus vários grupos ainda existam características distintas.

Especialmente no Rio Grande, esse fenômeno é mais sensível do que em outros Estados da Federação, em consequência das grandes levas da população estrangeira que aquí se vem fixando há mais de cem anos.

Essa diversidade, porém, é apenas superficial, pois, no fundo, o que nos domina, o que nos marca é – graças a Deus – esse profundo amor, vamos dizer instintivo, à terra que a todos nós serviu de berço. O que é preciso, portanto, é, partindo desse princípio, o formar ou, melhor, apressar a sistematização do todo espiritual que há de caracterizar o Brasil de amanhã.

E' ESSA A SITUAÇÃO SOCIAL E MORAL QUE SE TEM OFERECIDO À AÇÃO DO PODER PÚBLICO. – Posto nestes termos o problema, a nossa orientação tem sido ataca-lo de frente, sem vacilações.

Tal maneira de proceder, porém, não implica luta ou violência, mas consiste tão sómente em procurar os meios adequados que apressem a sua solução. Daí a campanha de nacionalização do ensino levada a efeito pelo Govêrno da maneira mais cordial e construtora. Não destruimos nunca o que estava feito; apenas orientamos num sentido mais amplo de brasilidade, preenchendo lacunas, corrigindo defeitos do ensino particular e religioso.

Não fechamos em massa os colégios existentes na parte do Estado onde o ensino mais se esquivava às exigências nacionais. De mais de duas mil escolas dessa região, só 91 foram proibidas de funcionar. Por meio de acordos com as entidades, a cada uma das quais se filiavam inúmeros colégios, temos praticado uma larga política de conciliação, tendentes a um aproveitamento máximo dos meios de ensino disponiveis no Rio Grande. Até onde é possível transigir, nós o temos feito. E é tal o nosso espírito de concordia, que, si se examinar os objetivos a que nos propusemos alcançar, não será exagero si nos considerarem demasiado condescendentes. Essa nossa orientação não significa, porém, que patuemos com os que não querendo compreender nossos intúitos, procuram, concientemente, burlar a nossa legislação sobre o ensino. Com estes fomos sempre intransigentes e o seremos cada vez mais. São êles espíritos insidiosos e provocadores, que têm trabalhado para incutir nas populações de determinadas regiões do Estado, baseados nas origens étnicas dos seus habitantes, SENTIDO E ORIENTAÇÕES QUE O GOVÊRNO NÃO TEM. E isto simplesmente porque o Brasil não conhece separações em sua população motivadas pela sua ascendência – “Quem nasce no Brasil é brasileiro ou é traidor”.



Assim, também, a política rodoviária, que tanto temos incrementado, atende aos mesmos objetivos. Quando mais unidos, quanto mais ligados estivermos, mais depressa seremos como um só todo. E' que essas estradas, constituindo escoadouros da nossa produção, servem também para entrelaçar os diferentes núcleos da população do Rio Grande, tornando-os conhecidos uns dos outros, criando esses laços de afeição que se originam do trato recíproco, fazendo com que os diferentes grupos, ora separados, sintam, conhecendo-os, o valor de cada um. Nesse dia, como que por milagre, orgulhosos da obra comum, os pseudos motivos que nos distanciam desaparecerão e nós teremos solidificados essa unidade espiritual pela qual tanto se bate o Governo.

O desdobramento destes meios – ensino e comunicações fáceis – é que apressarão a solução do problema da nossa unidade. As lado deles – todas as outras atividades do Governo – a assistência agrícola, o cuidado sanitário, a segurança, - completarão o sistema de ataque.

Existe no Rio Grande, felizmente, um salutar ambiente de paz, de compreensão e de esquecimento das velhas rixas partidárias, sumamente propício ao desenvolvimento dessa perseverante ação governamental.

*

**

Certa vez, em uma das nossas visitas aos municípios do interior, um brasileiro, de origem estrangeira, fazendo-nos uma saudação, insistiu em que não acreditássemos na afirmação leviana e criminosa que se costuma fazer sobre o desamor ao Brasil das populações descendentes dos velhos colonos, vindos de outras terras, aquí radicados em busca de dias melhores e mais felizes.

Dizia êle que tal asserção obedecia ao plano preconcebido de nos dividir e de criar para essa massa de brasileiros uma situação de estranhos em sua própria casa. Repito aquí o que então lhe afirmei, talvez com as mesmas expressões – porque são elas fruto do mesmo sentimento e obedecem a um mesmo impulso interior.

Estivessem tranquilas e calmas as populações referidas, porque eu, - no Governo do Estado que mais sacrifícios de sangue fizera pela Pátria, eu – oficial do Exército Brasileiro, eu – que nunca tivera mocidade, pois os meus vinte passára de armas na mão, certo ou errado não importa, mas com inteira convicção, lutando por um Brasil mais forte, eu – estendia confiante a minha mão amiga aos homens descendentes de filhos de outras terras, certo de que eles, embora não dominando muito bem a nossa língua, embora não conhecendo as belezas de nossa história, eram tão brasileiros quanto eu, pois toda sua vida, naquilo que só deles havia dependido, fôra dedicada, pelo seu trabalho construtor, à grandeza da Pátria. Lastimava, sim, que eles não fossem tão felizes como nós, porque, esquecidos pelos Governos que não lhes haviam proporcionado meios, não se tornaram pelo idioma e pelos hábitos aquilo que pelo sentimento eles indiscutivelmente eram – brasileiros – orgulhosos do seu chão e da sua gente.



Invertem-se neste momento os papéis. Ontem era um representante desses homens que nos falava e advertia. Hoje somos nós que os alertamos contra pseudos amigos que, falando uma linguagem que não a nossa, procuram, sob todos os pretextos, criar dúvidas em seus espíritos simples quanto a supostas obrigações que devem manter com as pátrias de seus ancestrais. O Governo, ficai certos, não dá quartel a tais homens e a vossa obrigação, o vosso dever é, sob qualquer roupagem que se apresentem, denunciá-los à autoridade para a punição merecida. Eles são agentes internacionais, traidores ao Brasil e à hospitalidade e só merecem a repulsa e o castigo dos filhos nascidos nesta terra maravilhosa.

Verificastes, meus amigos, como o Governo encara a sua missão no tocante à formação do espírito nacional. E nesse sentido é expressivo e compensador o que já alcançamos na obra empreendida. Aumentamos os 170 grupos escolares recebidos em 1937 para 452. Nomeamos nesse período 1280 professoras. Construímos 41 prédios escolares urbanos e 79 escolas rurais. Nesses edifícios gastamos 20 mil contos, incluindo 5 mil de auxílio do Governo Federal. Dispendemos em material escolar mais de 6 mil contos e o nosso serviço de fiscalização do ensino particular registrou 2.418 unidades, havendo negado 241 licenças.

Na construção de estradas, o Governo empregou até fins de 1940 a importância de 86.384 contos – mais 24 mil contos do que o Estado gastou nesse serviço desde a proclamação da República até 1937.

Senhores.

Relanceando o olhar ao passado deste município, nós averiguamos o quanto é expressiva, para as nossas preocupações de hoje, a sua formação social. Referimo-nos à maneira por que aqui se fixaram e se desenvolveram os elementos étnicos mais diversos. Ao senhor primitivo da terra, o indígena bravio, seguiram-se os núcleos açorianos e os de procedência luso-brasileira. Ainda hoje, a maior parte dos seus descendentes, fiel ao modo de vida dos seus maiores, ocupa a zona pastoril. Vieram depois os agricultores de outras origens, que se estabeleceram de preferência na pitoresca região montanhosa e cobriram-na de lavouras. Entre uns e outros a separação inicial, imposta pelas circunstâncias, vai cedendo a uma crescente aproximação, a um intercâmbio de sentimentos e aspirações, numa vinculação cada vez maior pelas alianças de sangue. A florescente cidade de Caí, sede do município, bem atesta o resultado feliz de toda essa elaboração social, tão promissora e rica de vitalidade, tão grata para nós brasileiros.

Meus senhores.

Neste momento, também se inauguram prédios idênticos em 34 sedes distritais de outros municípios do Rio Grande.

E' certo que todos nós, nesta hora, nos rejubilamos e nos sentimos presentes em espírito nesses diferentes lugares. São novos marcos indestrutíveis que se implantam, na campanha de educação, de civismo e de brasilidade que vimos empreendendo com o melhor do nosso esforço. São novas etapas alcançadas na obra de nacionalização pacífica, metódica, generosa, que vem desenvolvendo o Governo Brasileiro, sob a alta e nobre inspiração do seu eminente chefe, o Presidente Getúlio Vargas.

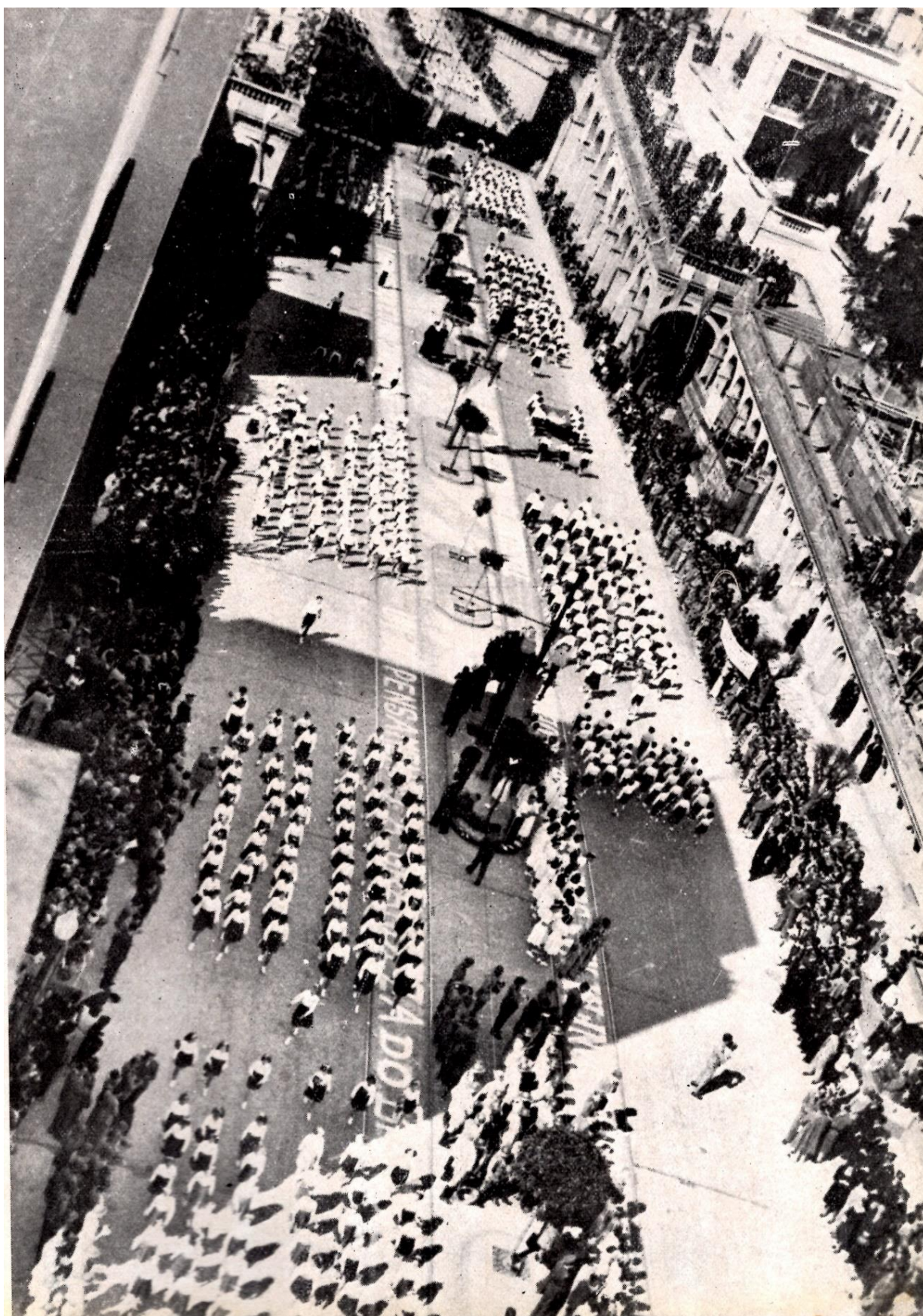


Meus amigos do Rio Grande! Ao entregar-vos os novos edifícios escolares, eu me congratulo fervorosamente convosco. Que os vossos filhos possam aí encontrar não só conforto material, mas a alegria da inteligência que se abre às primeiras luzes da instrução e do saber, o entusiasmo da alma tenra que se ilumina de esperança ante os destinos gloriosos da nossa grande Pátria comum.











Hino do Estudante

ESTUDANTE DO BRASIL,
TUA MISSÃO É A MAIOR MISSÃO
BATALHAR PELA VERDADE,
IMPOR A TUA GERAÇÃO

CÔRO

MARCHAR, MARCHAR PARA A FRENTE
LUTAR INCESSANTEMENTE
A VIDA ILUMINAR
IDÉIAS AVANÇAR
E ASSIM TORNAR BEM MAIOR,
COM TODO AMOR VARONIL
A RAÇÃO, O OURO, O ESPLendor,
DO NOSSO IMENSO BRASIL.

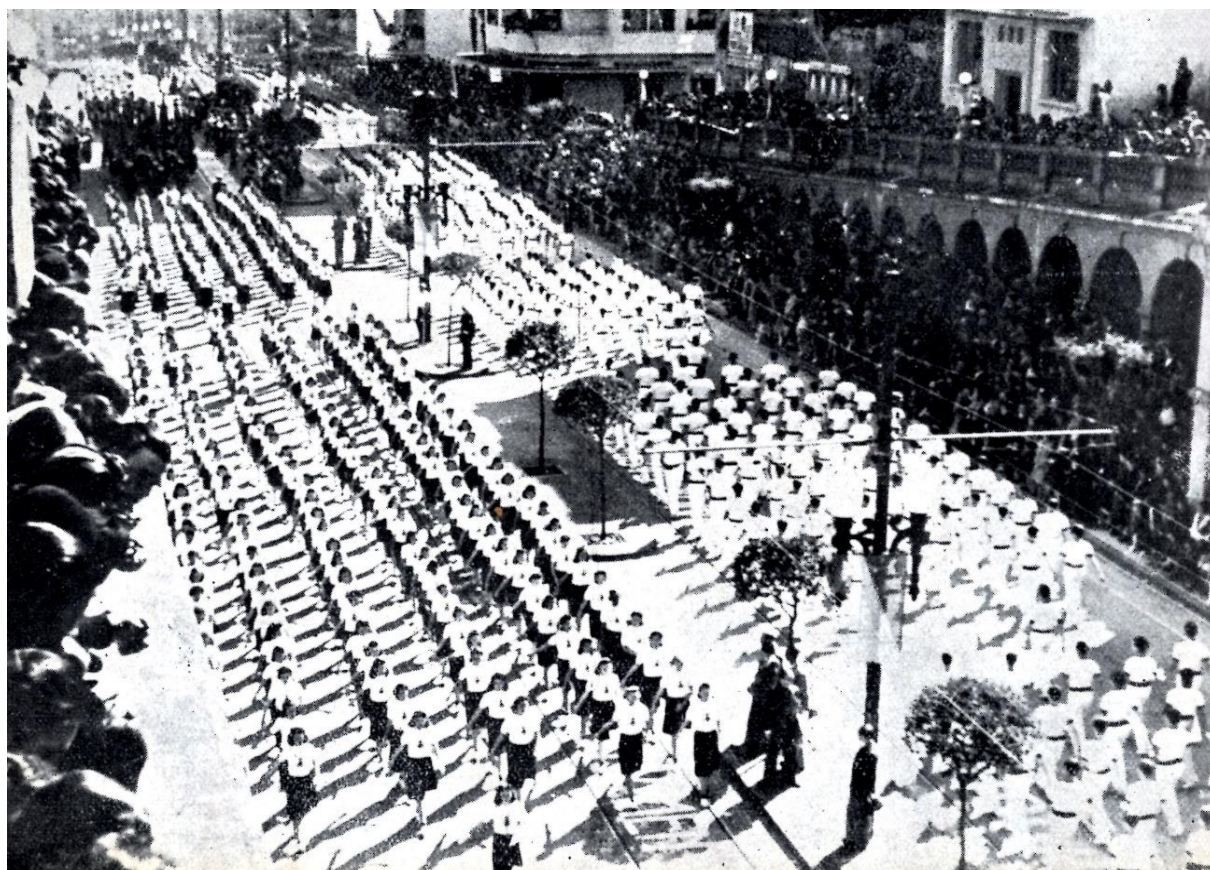
(BIS)







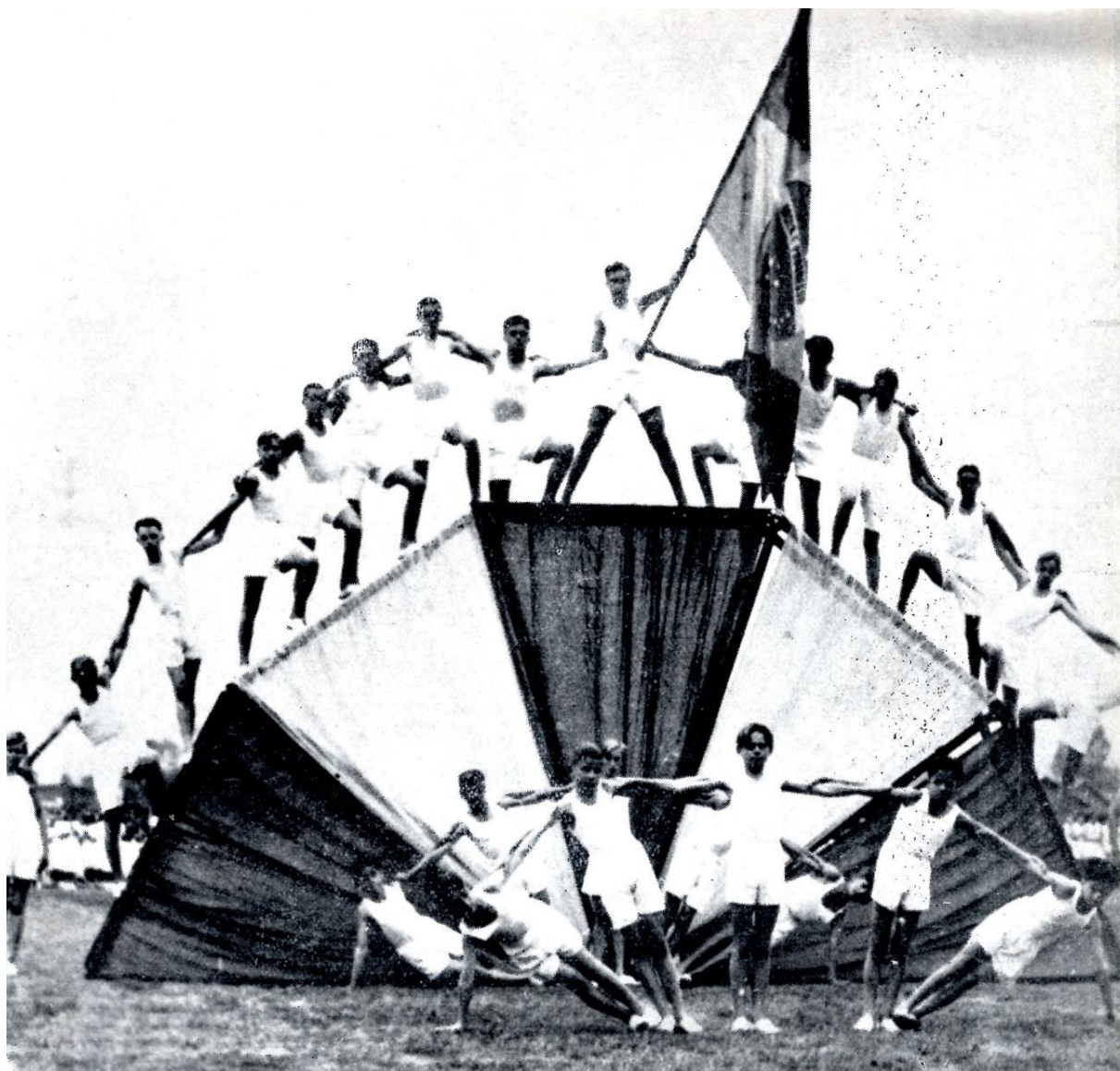
AS ALUNAS DO INSTITUTO DE
EDUCAÇÃO EM DESFILE.

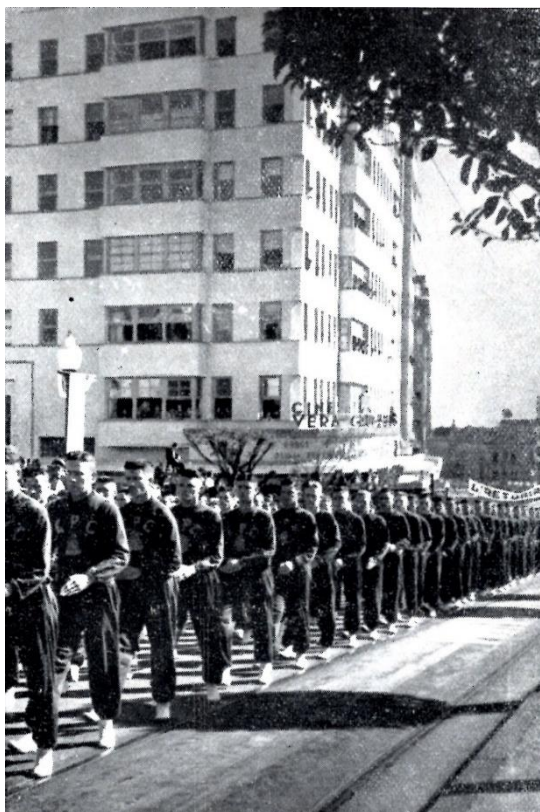


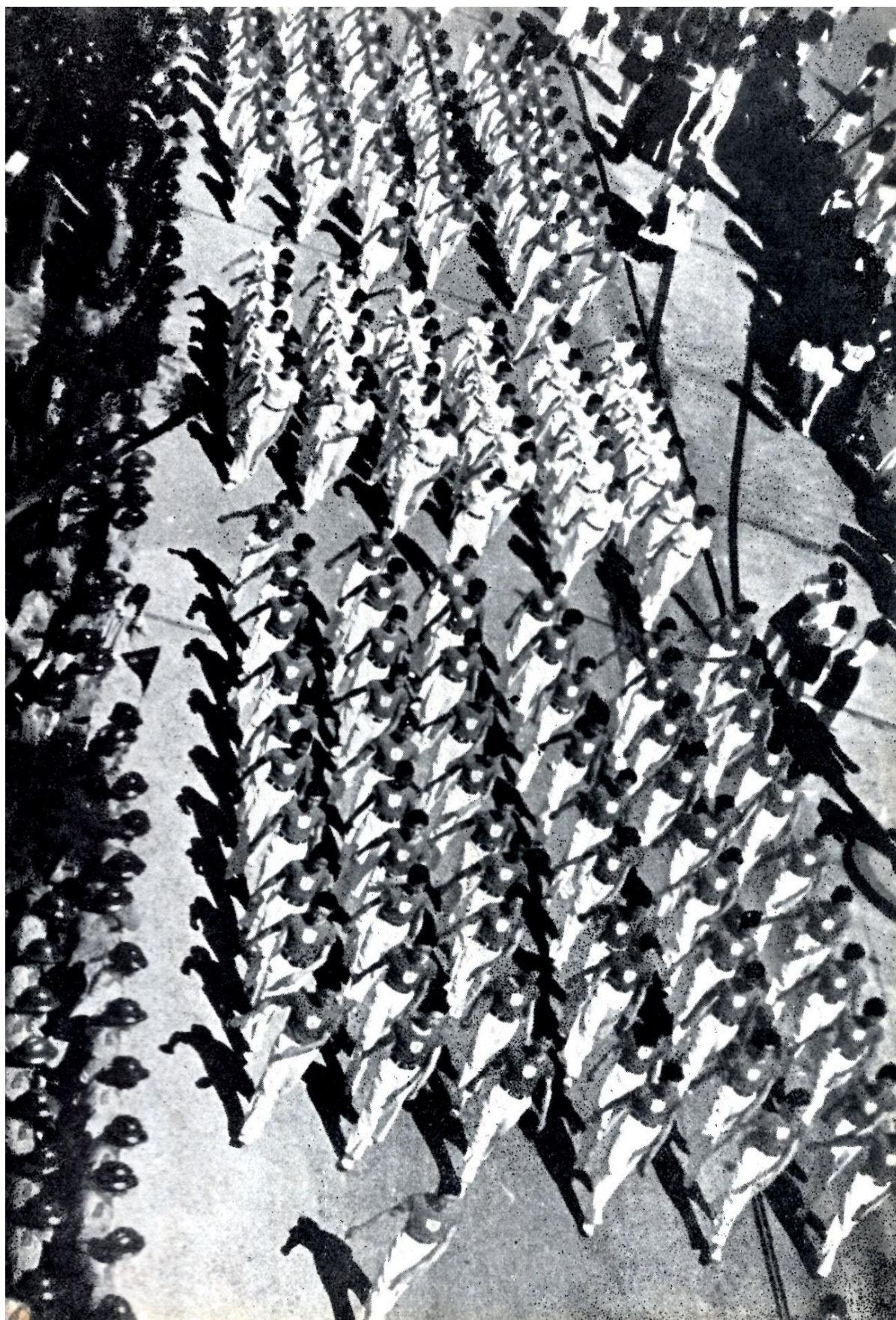


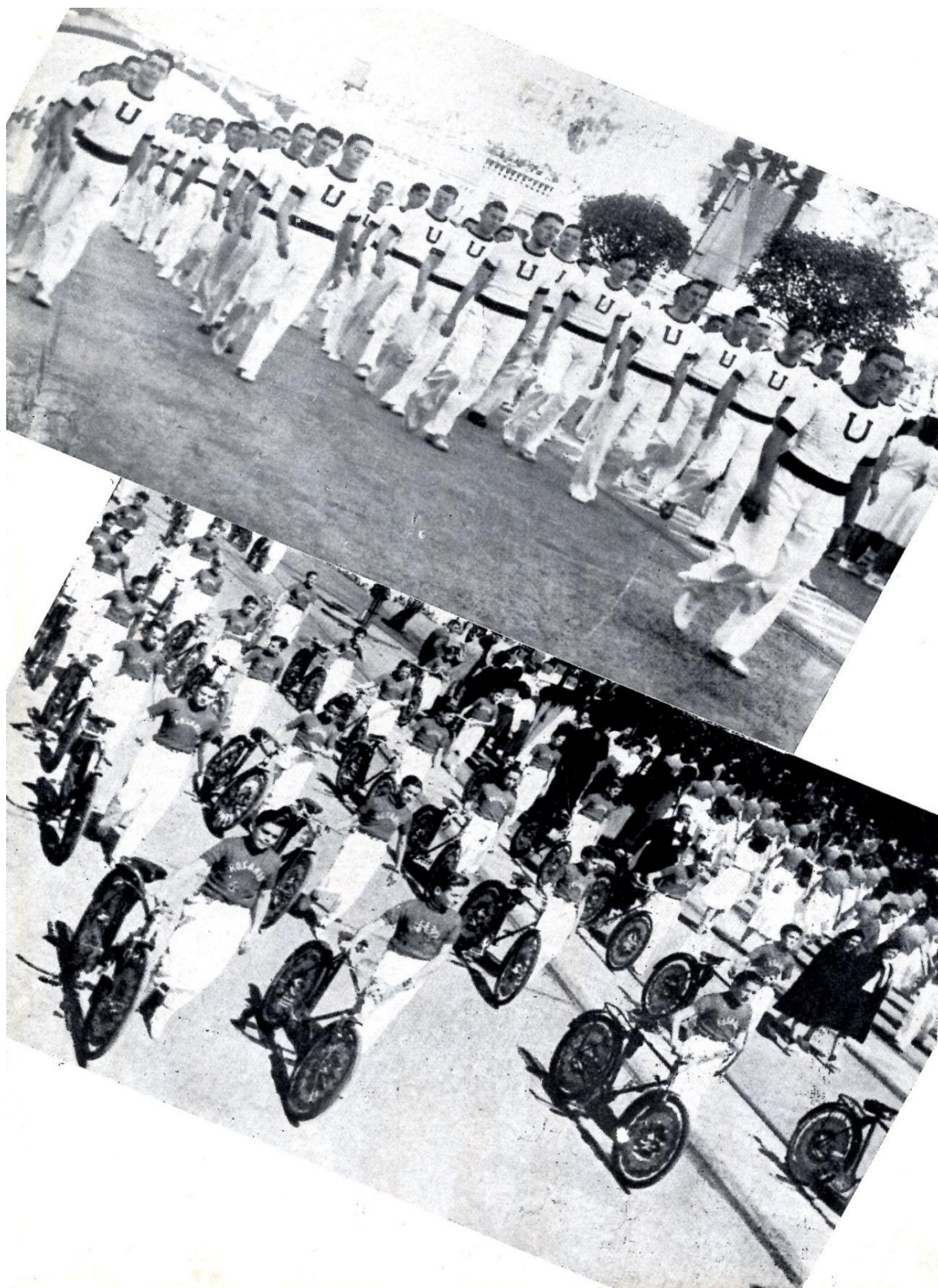
SÔBRE A IMENSA NAÇÃO BRASILEIRA,
NOS MOMENTOS DE FESTA OU DE DOR,
PAIRA SEMPRE A SAGRADA BANDEIRA,
PAVILHÃO DA JUSTIÇA E DO AMOR.

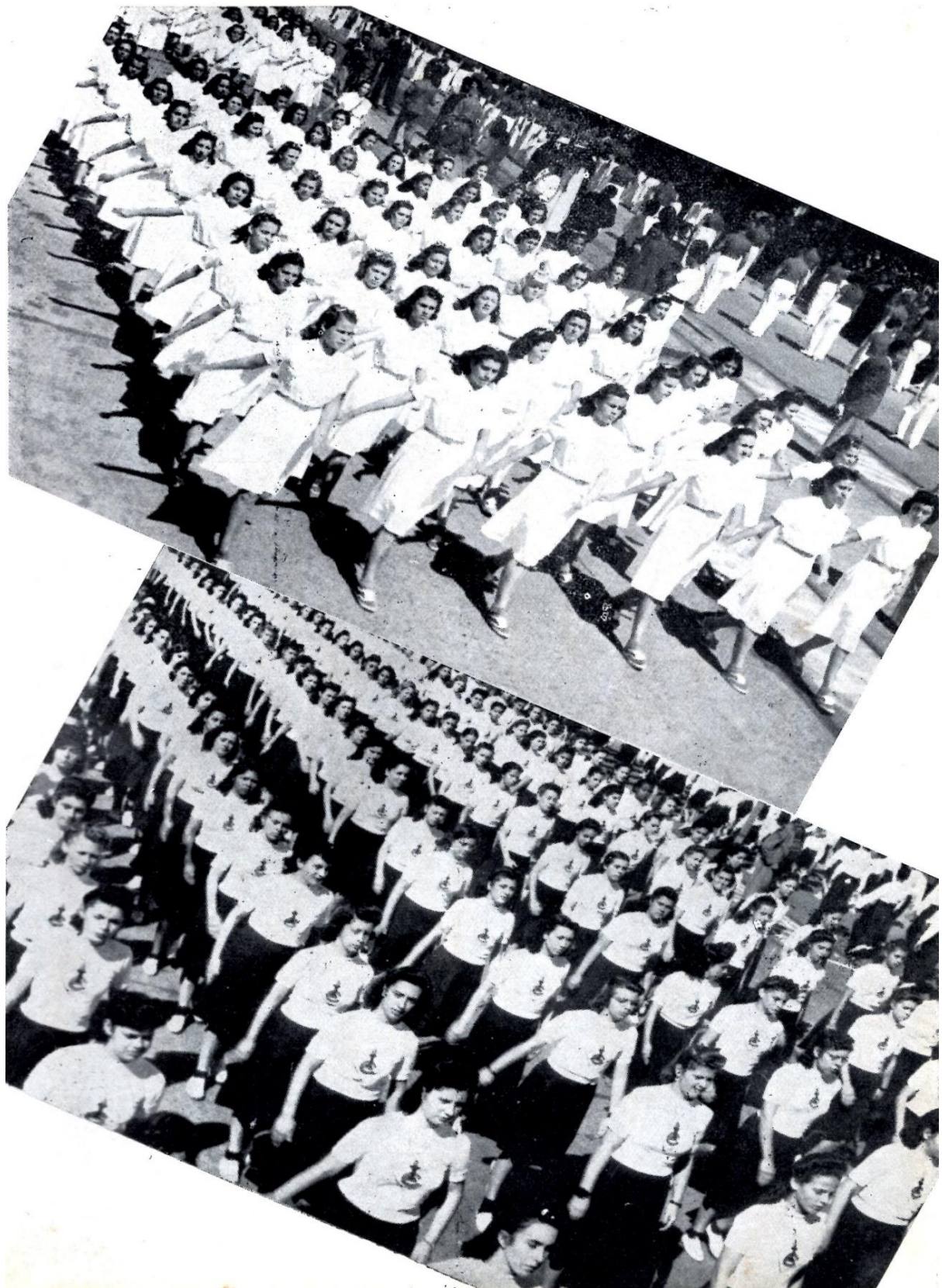


















Hino Nacional Brasileiro

Música de Francisco Manuel da Silva
Letra de Joaquim Osório Duque Estrada

OUVIRAM DO IPIRANGA AS
MARGENS PLÁCIDAS
DE UM POVO HEROICO, O BRADO
RETUMBANTE,
E O SOL DA LIBERDADE, EM RAIOS
FÚLGIDOS,
BRILHOU NO CÉU DA PÁTRIA NESSE
INSTANTE.

SE O PENHOR DESSA
IGUALDADE
CONSEGUIMOS CONQUISTAR
COM BRAÇO FORTE,
EM TEU SEIO, Ó LIBERDADE,
DESAFIA O NOSSO PEITO A
PRÓPRIA MORTE !

Ó PÁTRIA AMADA,
IDOLATRADA
SALVE! SALVE !

BRASIL, UM SONHO INTENSO, UM RAIOS VÍVIDO
DE AMOR E DE ESPERANÇA, À TERRA DESCE
SE EM TEU FORMOSO CÉU, RISONHO E LÍMPIDO
A IMAGEM DO CRUZEIRO RESPLANDECE

GIGANTE PELA PRÓPRIA NATUREZA
ÉS BELO, ÉS FORTE, IMPÁVIDO COLOSSO
E O TEU FUTURO ESPELHA ESSA GRANDEZA

TERRA ADORADA
ENTRE OUTRAS MIL
ÉS TU, BRASIL
Ó PÁTRIA AMADA!
DOS FILHOS DESTE SOLO,
ÉS MÃE GENTIL
PÁTRIA AMADA,
BRASIL !





DEITADO ETERNAMENTE EM BERÇO ESPLÊNDIDO
AO SOM DO MAR E À LUZ DO CÉU PROFUNDO
FULGURAS, Ó BRASIL, FLORÃO DA AMÉRICA
ILUMINADO AO SOL DO NOVO MUNDO!

DO QUE A TERRA MAIS GARRIDA,
TEUS RISONHOS, LINDOS CAMPOS TÊM MAIS FLORES,
“NOSSOS BOSQUES TÊM MAIS VIDA”
“NOSSA VIDA, NO TEU SEIO, MAIS AMORES”.

Ó PÁTRIA AMADA,
IDOLATRADA
SALVE ! SALVE !

BRASIL, DE AMOR ETERNO SEJA SÍMBOLO
O LÁBARO QUE OSTENTAS ESTRELADO
E DIGA O VERDE-LOURO DESSA FLÂMULA
“PAZ NO FUTURO E GLÓRIA NO PASSADO”.

MAS SE ERGUES DA JUSTIÇA A CLAVA FORTE,
VERÁS QUE UM FILHO TEU NÃO FOGE À LUTA
NEM TEME, QUEM TE ADORA, A PRÓPRIA MORTE.

TERRA ADORADA,
ENTRE OUTRAS MIL,
ÉS TU, BRASIL
Ó PÁTRIA AMADA.

DOS FILHOS DESTE SOLO,
ÉS MÃE GENTIL
PÁTRIA AMADA,
BRASIL !

19286 — — Of. Gráf. da Liv. do Globo – Pôrto Alegre